

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.241 - SP (2019/0356064-2)

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : FELIPE RAPHAEL COSTA TINTA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : CARLOS RAFAEL CAVALHEIRO DE LIMA - SC038329  
ALEX AUGUSTO DERZI RESENDE - MS012838  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FELIPE RAPHAEL COSTA TINTA contra acórdão proferido pela 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2143611-16.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi condenado à pena de 20 anos, 2 meses e 12 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais pagamento de 2.400 (dois mil e quatrocentos) dias-multa, como incurso nas sanções dos arts. 33, *caput*, e 35, c.c o art. 40, incisos V e VI, todos da Lei 11.343/2006, oportunidade em que foi negado o direito de recorrer em liberdade.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustenta a ocorrência de ilegalidade, sob o argumento de que não teriam sido apresentados elementos concretos que justificassem a negativa ao direito de recorrer em liberdade ao condenado, cuja prisão estaria baseada na vedação legal contida no art. 44 da Lei de Drogas, declarada inconstitucional pelo STF, e no fato de ter respondido ao processo preso.

Realça as condições pessoais favoráveis do recorrente, que seria primário, de bons antecedentes, com ocupação lícita e residência fixa, predados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada a prisão cautelar do recorrente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

*In casu*, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 80-82):

[...]

*Ademais, a decisão que decreta a prisão, se fundamentada, ainda que de forma sucinta, com os dispositivos legais é o quanto basta. No presente caso, o juiz de 1º Grau a fez adequadamente ao prolatar a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*sentença condenatória, trazendo os elementos de convicção que motivaram a medida de exceção.*

*Além disso, Felipe foi condenado pelo delito de tráfico de drogas, crime equiparado a hediondo, e associação para a prática do narcotráfico, e embora tenha sido julgado inconstitucional o artigo 44 da Lei nº 11.343/03, pelo Supremo Tribunal Federal (HC 104.339/SP), que vedava a concessão de liberdade provisória aos praticantes dos crimes descritos nesse Diploma Legal, a conduta a ele imputada é grave e as circunstâncias do crime indicam comportamento voltado ao delito, não sendo recomendada sua colocação em liberdade.*

*Observo, ainda, que a prisão cautelar não ofende a presunção de inocência. Medida acautelatória, de cunho processual, visa à cessação da prática criminosa e assegurar a prova da materialidade do fato e de sua autoria. Nesse sentido, decisão do Supremo Tribunal Federal:*

*[...]*

*Assim, a gravidade da infração revela a periculosidade do paciente e justifica a necessidade da custódia preventiva para assegurar a aplicação da lei penal e para garantir a ordem pública.*

*Dessa forma, a manutenção do acusado no cárcere é acertada, ao menos por ora; os requisitos da prisão preventiva estão presentes e a segregação significa a salvaguarda da ordem pública, razão pela qual não há se falar, neste momento, em aplicação das medidas cautelares previstas na Lei nº 12.403/11.*

*Portanto, não se vislumbra nenhuma ilegalidade ou constrangimento no ato do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Americana SP.*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.**

**1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere**

# Superior Tribunal de Justiça

*liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator